

# Diário do Legislativo de 28/11/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PSB-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputado Célio Moreira (PSDB) e Deputado Neider Moreira (PPS)

## LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

## LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

## LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

## LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

## LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

## LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

## LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente  
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente  
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente  
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Padre PT  
João

Deputado Wander BSD  
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Sebastião BSD  
Costa

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Doutor BSD  
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado BSD  
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Neider PP  
Moreira

Deputado Hely PV  
Tarquínio

Deputado PDT  
Sargento  
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente  
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente  
Fabiano

Deputado Antônio BSD  
Genaro

Deputada Maria DEM  
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV  
Reis

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente

Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente  
Tadeu Leite

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD

Arantes

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente  
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Vanderley PP  
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD  
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputada Elisa PT  
Costa

Deputado Agostinho PV  
Patrús Filho

Deputado            PDT  
Sebastião  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago    BSD

Deputado Antônio Carlos    BSD  
Arantes

Deputado Célio Moreira    BSD

Deputado Ivair Nogueira    PMDB

Deputado André Quintão    PT

Deputado            Rômulo    PV  
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta    PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado    Sávio    PMDB    Presidente  
Souza Cruz

Deputado    Fábio    BSD    Vice-Presidente  
Avelar

Deputado    Almir    PT  
Paraca

Deputado    Inácio    PV  
Franco

Deputado Wander    BSD  
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio    PMDB

Deputado            Ronaldo    BSD  
Magalhães

Deputado Padre João    PT

Deputado            Rômulo    PV  
Veneroso

Deputado Deiró Marra    BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente  
João

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo



Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada BSD Presidente

Deputado Agostinho Patrús Filho PV Vice-Presidente

Deputada Gláucia Brandão BSD

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BSD Presidente

Deputado Tarquínio Hely PV Vice-Presidente

Deputado Muniz Ruy DEM

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Rinaldo Doutor BSD

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV  
Reis

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente  
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado Luiz PMDB  
Tadeu Leite

Deputado DEM  
Leonardo Moreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente  
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente  
Costa

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Djalma BSD  
Diniz

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente  
Braz

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

#### OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

1.1 - 53ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Sr. Pierre Verluca, Diretor-Presidente da Vallourec, do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.2 - 74ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

#### ATAS

## Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução dos Hinos da França e Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Entrega do título - Palavras do Sr. Pierre Verluca - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Célio Moreira - Djalma Diniz - Fábio Avelar.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Célio Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Bonifácio Borges de Andrada, Advogado-Geral do Estado, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Pierre Verluca, Diretor-Presidente do Grupo Vallourec; Deputado Federal José Santana de Vasconcelos; Vereador Anselmo José Domingos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Manoel Bernardes, Cônsul Honorário da França em Belo Horizonte; Luiz Augusto de Barros, Vice-Presidente da Fiemg; Marco Antônio Castello Branco, Presidente do Conselho de Administração da Vallourec e Mannesmann do Brasil, Presidente da Divisão de Tubos Laminados a Quente da Vallourec e membro da Diretoria Executiva da Vallourec; Flávio Roberto da Silva Azevedo, Diretor-Presidente da Vallourec e Mannesmann do Brasil; e Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada; Raphael Andrade, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Paulino Cícero de Vasconcelos, Presidente do Sindifer; e **Agostinho Patrús, ex-Presidente desta Casa.**

### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Pierre Verluca, Diretor-Presidente da Vallourec, do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Sr. Governador do Estado, por meio de decreto, no dia 5/6/2007, a requerimento do Deputado Célio Moreira.

### Execução dos Hinos da França e Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir os Hinos Nacionais da França e do Brasil, que serão executados pelos saxofonistas José Eymard, Sérgio Andrade e Erwin Andrade.

- Procede-se à execução dos Hinos da França e Nacional.

### Palavras do Deputado Célio Moreira

Deputado Fábio Avelar, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Sr. José Bonifácio Borges de Andrada, Advogado-Geral do Estado, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Deputado Federal José Santana de Vasconcelos; Vereador Anselmo José Domingos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sr. Manoel Bernardes, Cônsul Honorário da França em Belo Horizonte; Sr. Luiz Augusto de Barros, Vice-Presidente da Fiemg, representando a entidade; Sr. Marco Antônio Castello Branco, Presidente do Conselho Administrativo da V&M do Brasil, Presidente da Divisão de Tubos Laminados a Quente da Vallourec e membro da Diretoria Executiva da Vallourec; Sr. Flávio Roberto da Silva Azevedo, Diretor-Presidente da V&M do Brasil; Sr. Pierre Verluca, Presidente-Diretor da Vallourec.

Je vous souhaite, Cher Monsieur Verluca, les bienvenus a Belo Horizonte!

Senhoras e senhores, pessoal que nos acompanha pela TV Assembléia. *É uma honra, para nós, mineiros, e principalmente para esta Casa Legislativa, receber nesta noite uma personalidade de tão destacada importância no universo empresarial, o Sr. Pierre Verluca. Um cidadão que, vida afora, lançou-se em desafios os mais diversos, como visionário que é. Um vencedor, que, há 25 anos, dedica seu suor e talento à expansão e à solidificação da grupo Vallourec.*

*Tive a honra de servir a essa empresa e, com orgulho, preservo a surrada carteira profissional que registra minha feliz e profícua passagem pela antiga Companhia Siderúrgica Mannesmann. Lá deixei grandes amigos e tive a felicidade de conquistar novos aliados. Perdoem-me se tomo para mim este momento de saudade, quando todas as palavras, gestos e atenção devem se voltar, nesta noite, para nosso homenageado, este homem de capacidade rara e inteligência ímpar, a quem esta Casa tem a honra de, solenemente, homenagear.*

*Mas, para avaliarmos melhor um homem, é importante conhecer seu passado, as páginas que escreveu, sua trajetória, origem e escolhas que fez. Então voltemos ao passado, buscando nosso homenageado desde seu nascimento, em Chambéry, na França, a poucos meses do final da ocupação daquele país, durante a Segunda Guerra Mundial, que devastou a Europa. Talvez até mesmo essa circunstância tenha contribuído para forjar a têmpera deste nosso homenageado, que bem cedo soube definir objetivos e com vigor e disciplina os cumpriu até alcançar a posição que o destaca entre os grandes executivos do mundo.*

*Vamos encontrar nosso caro Verluca ainda na infância, quando, por força da circunstância de ser filho de um integrante do Exército Francês, morou em várias cidades, na expectativa contante de uma nova mudança de endereço. Não nos é difícil imaginar que, em alguns momentos, o senhor desejou criar raízes, cultivar amigos e vizinhos, como é natural ao ser humano e principalmente à criança. Mas o destino reservou-lhe outra realidade. O senhor viveu em Grenoble; mudou-se para Paris; de lá, para Marseille; passou alguns anos em Saint-Étienne, residindo também, com a família, na Argélia. De cidade em cidade, portanto, passou a infância assimilando culturas e hábitos diversos. Fez seus estudos preparatórios em Saint-Louis e cursou Engenharia Química na Escola de Nancy, fazendo parte da classe de 1963, na École Polytechnique.*

O seu primeiro emprego - não poderia ser diferente - foi de engenheiro de produção na Ugine Kuhlmann. Aquela seria a sua primeira experiência profissional e, mais do que isso, a continuação da escola. A empresa oferecia todo o aparato desejado por um jovem engenheiro ansioso por expandir os seus horizontes. Lá o senhor aperfeiçoou o seu ofício e fez desenvolver a sua capacidade de líder. Nosso homenageado deixou a Ugine Kuhlmann em 1973, depois de ouvir de um amigo sobre uma empresa de propriedade familiar em Portugal - uma fábrica de fertilizantes. Como a sua esposa Anne-Marie se sentira atraída pelo clima ensolarado, decidiu mudar-se para o solo lusitano. Quem sabe, Sr. Verluca, alguns meses aqui, no Brasil, aproveitando o nosso clima também ensolarado?

Em 1975, o seu pai já havia deixado o Exército e trabalhava como auditor jurídico da Vallourec, quando o senhor recebeu uma proposta para trabalhar nessa empresa, mas preferiu retornar a Portugal. Daquela feita, aceitou o convite da Ugine Kuhlmann, onde foi designado a cuidar do setor de plásticos da empresa naquele país, tarefa que cumpriu com êxito, com a facilidade de já ter vivido uma experiência no solo lusitano.

Seis anos mais tarde, em 1981, quando a Ugine Kuhlmann foi nacionalizada, o senhor retornou à França e aceitaria, então, a segunda oferta da Vallourec. A nova proposta se colocava como um desafio nada fácil de enfrentar. Sua tarefa seria trazer uma divisão da Vallourec Solesmes ao ponto de equilíbrio, quando, na época, ela vinha perdendo 30% de suas vendas. O senhor permaneceu na empresa por três anos, até 1984, quando, de fato, a divisão atingiu o seu ponto de equilíbrio, recuperando-se das perdas. Aquela sua missão estava, portanto, cumprida.

Mais tarde, convocado a dedicar-se à principal atividade da Vallourec - o petróleo -, passou, então, a viajar pelo mundo, desenvolvendo relações com a licenciada japonesa - Sumitomo Metal -, sob política conjunta para conexões premium; conexão VAN, usada na exploração de poços de petróleo e gás; supervisionando as novas instalações de uma fábrica de tubos na Indonésia - Citra Tubindo -; assumindo a planta de Prinver em lugar da licenciada mexicana e substituindo a licenciada britânica na fábrica escocesa.

Quando da integração da produtora brasileira, que, à época, contava com 5.500 empregados, o senhor se tornou Presidente. O domínio da língua portuguesa e a desenvoltura surpreenderam a todos sob o seu comando. A aquisição de uma grande empresa nos Estados Unidos da América - a North Star - significou um marco definitivo na solidificação da Vallourec no contexto mundial, elevando-a à condição de escopo global no setor de tubos para a indústria de petróleo e gás.

O senhor está na Vallourec há 25 anos e tem motivos para orgulhar-se pelo que realizou, primeiro, na Vallourec e, depois, na Vallourec e Mannesmann Tubes. Tornou-se membro do Conselho de Administração da Vallourec em 2002 e Presidente do Conselho em 2004, além de ocupar posição de Diretor de várias subsidiárias do grupo.

Revisitando hoje os grandes momentos de sua vitoriosa carreira, faz-nos patente a constatação de que as qualidades que desde cedo se manifestaram em sua forte personalidade foram amplamente confirmadas por seu notável sucesso. Um detalhe deve ser observado: em toda sua vitoriosa trajetória, o senhor sempre foi e será um homem movido exclusivamente por desafios, e nesse ponto reside certamente o segredo de seu sucesso profissional e pessoal. Sucesso que se traduz em um desempenho, a cada ano, mais expressivo na história do grupo Vallourec, que, no início desta década, chegou a passar por momentos delicados, mas recuperou-se e hoje tem consolidada uma posição privilegiada nos setores de metalurgia e siderurgia.

Não é sem razão que, por dois anos seguidos, a V&M do Brasil foi destacada como a melhor nos setores de metalurgia e siderurgia pelo jornal "Valor Econômico", com o Prêmio Valor Econômico, e pela Fundação Getúlio Vargas, com o Prêmio FGV. A premiação da Fundação Getúlio Vargas tem como parâmetro de avaliação o desempenho econômico das 500 maiores sociedades anônimas do Brasil. Foram observados os valores dos ativos das companhias e suas receitas operacionais líquidas em 2006, quando a VMB obteve um lucro líquido recorde, R\$556.500.000,00, 21% a mais que no ano anterior. Desempenho esse que bem reflete o esforço do grupo nos investimentos realizados nos últimos cinco anos, ou seja, cerca de R\$1.400.000.000,00.

Outros fatores contribuíram para essa ótima performance da empresa, entre eles a maior descentralização da gestão e a permanente busca da excelência em produção e planejamento, assim como a ênfase dada ao aprimoramento da tecnologia. Soma-se a todo esse esforço a capacidade e a força de gerenciamento dos executivos que estão à frente da empresa, como nosso querido Dr. Marco Antônio Castello Branco e o Diretor-Presidente em Minas, Dr. Flávio Azevedo, meu antigo chefe.

O investimento em programas de qualificação em 2006 atingiu a marca de R\$3.400.000,00. No total, foi oferecido treinamento a 3.393 empregados.

Além da contribuição direta por via de impostos municipais, a V&M participa ativamente da comunidade, por meio de seus programas socioculturais, entre eles o projeto de revitalização do Cine Brasil.

Os resultados altamente positivos alcançados pelo grupo no ano passado permitiram-lhe o reinvestimento da ordem de R\$1.000.000.000,00.

Confirmando sua confiança no Brasil, a Vallourec criou uma "joint venture" com a Sumitomo Metals, em Jeceaba, Minas Gerais. Esse projeto envolve investimento direto de US\$1.600.000.000,00, a serem realizados nos próximos três anos. A nova unidade está programada para iniciar suas atividades na produção de tubos de aço sem costura, principalmente para exportação, em 2010.

Comparando o desempenho da V&M com outras empresas do Grupo Vallourec, o Brasil representa 14% das vendas do grupo. O Brasil também se sobressai como única unidade de negócios do mundo, dentro da Vallourec, inteiramente integrada, partindo da plantação de florestas, passando pela carbonização da lenha, da exploração do minério de ferro até as suas atividades finais.

Como podemos constatar nos números aqui citados, a gestão do Sr. Verluca à frente da Vallourec trouxe novo ânimo ao grupo, propiciando seu fortalecimento, o que é bom para os mercados externos e ótimo para Minas Gerais.

**Por tudo isto, parabéns, Sr. Verluca. Com certeza o mundo seria melhor se tivéssemos um maior número de pessoas com seu perfil. Esta Casa o saúda, desejando ao senhor e a seus familiares longa vida, grandes realizações e emoções. Seja bem-vindo a esta cidade e a este Estado, que tem a honra de tê-lo como seu mais novo cidadão honorário. Muito obrigado.**

#### Entrega de Título

**O locutor - Neste instante, o Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Pierre Verluca, passando-lhe às mãos o diploma. O título contém os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 5 de junho de 2007, e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Eng. Pierre Marie Verluca, o Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira".**

**O Sr. Presidente - Gostaria de convidar o ilustre Deputado Célio Moreira, autor do requerimento, para acompanhar-me na entrega do referido título.**

- Procede-se à entrega do título.

#### Palavras do Sr. Pierre Verluca

Exmo. Deputado Fábio Avelar, representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. José Bonifácio Borges de Andrada, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Exmo. Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; Exmo. Sr. Vereador Anselmo José Domingos; Exmo. Sr. Cônsul Manoel Bernardes; Exmo. Sr. Luiz Augusto de Barros; Exmo. Sr. Marco Antônio Castello Branco; Exmo. Sr. Flávio Roberto da Silva Azevedo; Exmo. Deputado Célio Moreira; senhoras e senhores, boa-noite.

Sejam minhas palavras iniciais de agradecimento à gentileza do Deputado Célio Moreira pela indicação do meu nome para receber tão significativo Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Da mesma forma, agradeço também ao Deputado Fábio Avelar, aqui representando o Presidente desta Casa, e a todos os demais Deputados. Recebam, pois, o meu sincero muito-obrigado.

Há algumas horas, antes de pegar o avião para este encontro, passei sob a Torre Eiffel e, levantando os olhos, certamente pensei em Alberto Santos Dumont, esse ilustre mineiro que prestou imensa homenagem à França, a Paris e à Torre Eiffel, quando ali testou seu invento, o conhecido 14 Bis, que, em 12/11/1906 fez seu primeiro vôo.

Nessa vertente, poderia lembrar tantos outros mineiros ilustres, tais como o Presidente Juscelino Kubitschek, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, João Guimarães Rosa, Ivo Pitanguy, Carlos Drummond de Andrade, e tantos outros. Esta terra foi, sem dúvida alguma, celeiro de real importância para o Brasil; afinal, em solo mineiro, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e os inconfindentes iniciaram os movimentos que dariam ao País sua independência. Nessa mesma vertente, e não menos importante, vale destacar o movimento Diretas Já, que devolveu ao Brasil o regime democrático, com a eleição de Tancredo Neves.

Por oportuno, aproveito este momento para estender minha saudação, o meu reconhecimento e meus sinceros agradecimentos ao Governador Aécio Neves, que sempre se mostrou solícito e atencioso quando dos nossos encontros. Passaria, horas e horas nesta tribuna, enaltecendo a história e as obras realizadas por mineiros ilustres. Minas Gerais possui um currículo vasto de realizações. O povo mineiro tem a melhor tradição de luta, de sabedoria e de dedicação.

É natural que a nossa unidade produtiva instalada em solo mineiro, a V&M do Brasil, ocupe hoje lugar de destaque no grupo VLR. Dá gosto ver a seriedade, a dedicação e a alegria de seus funcionários. Tudo isso se traduz em uma atividade economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa. Aproveito o momento para agradecer, sinceramente, a cada um dos colaboradores da V&M do Brasil.

A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las. Por tudo isso, nada mais gratificante na vida de um homem que o reconhecimento de cidadania honorária por um Estado tão importante. Sinto-me honrado em ser distinguido como mineiro honorário, passados alguns anos de ligação com Minas Gerais pelos laços profissionais. Sinto-me honrado por esses laços com um Estado que é berço de importantes personalidades reconhecidas mundialmente. A atitude de reconhecer e homenagear é uma atitude de profunda demonstração de consideração e afeto. Essa atitude aumenta minha cumplicidade com esta Casa e com os parlamentares que assim o desejaram, em especial o Deputado Célio Moreira, pela iniciativa do título de cidadania mineira.

E isto muito me alegra e muito me gratifica, saber que o Célio Moreira foi nosso empregado metalúrgico da ex-Companhia Siderúrgica Mannesmann, de outubro de 1984 a janeiro de 1995. Saibam, Srs. Deputados, que os laços que assim se constroem se tornam perenes e tão sólidos que gostaria de empenhar minha atenção, minha solidariedade e minha parceria incondicional. Emociono-me por esta homenagem, especialmente porque a recebo em meu nome e de todos os meus amigos que comigo construíram essa possibilidade.

Orgulho-me muito por esse título. Ele fortalece os laços que conseguimos construir entre a atividade industrial e a atitude política, pois, nos dias de hoje e mais ainda no futuro, uma atividade industrial somente terá sucesso se seu progresso técnico se realizar em perfeita harmonia com a visão e a ambição política. Receber o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais representa um desses raros momentos de alegria que nos projeta para o futuro, revigorando e fortalecendo o nosso idealismo e nossa vontade de continuar a luta em torno das metas que dignificam e dão sentido à existência. Essa distinção cresce em significado, na medida em que esta Assembléia Legislativa desempenha um papel importante no processo de construção da cidadania. O título que hoje me é outorgado revigora meu ânimo, justifica a alegria deste momento e impõe a gratidão que importa externar.

Senhoras e senhores, ganhar uma cidadania é, de certa forma, ganhar nova vida. Hoje renasço como filho desta terra. Hoje renasço como irmão do seu povo. Agora, como Cidadão Honorário de Minas Gerais, reitero meus agradecimentos aos que me permitiram o júbilo deste momento, envolvendo todos os meus concidadãos em um fraternal e caloroso abraço. Amanhã retorno a Paris, junto à Torre Eiffel de Santos Dumont, sabendo, porém, que uma grande parte do meu coração fica em Minas Gerais para sempre. Em francês: 'Qu'une grande partie de mon coeur reste dans le Minas Gerais pour toujours'.

Senhoras e senhores, em meu nome e em nome da minha família, muito obrigado a todos.

#### Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento o Presidente Diretor da Vallourec, novo cidadão mineiro, Sr. Pierre Verluca; o Sr. José Bonifácio Borges de Andrade, Advogado-

Geral do Estado, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; o nosso querido Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, ex-Presidente desta Casa; o Vereador Anselmo José Domingos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Sr. Manoel Bernardes, Cônsul Honorário da França em Belo Horizonte; o Sr. Marco Antônio Castello Branco, Presidente do Conselho Administrativo da V&M do Brasil, Presidente da Divisão de Tubos Laminados a Quente da Vallourec e membro da Diretoria Executiva da Vallourec, filho de um grande amigo, ex-Presidente de uma das maiores empresas de saneamento do Brasil, a Copasa; o Sr. Flávio Roberto da Silva Azevedo, Diretor-Presidente da V&M do Brasil; e o Sr. Luiz Augusto de Barros, Vice-Presidente da Fiemg, representando a entidade. Cumprimento também nosso querido amigo, Deputado Célio Moreira, que desempenha importante papel nesta Casa Legislativa, autor do requerimento que deu origem à concessão do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Pierre Verluca - um abraço, Célio, nossos cumprimentos pela grande iniciativa. Por meio de dois grandes amigos, funcionários da Vallourec, Leonora e Lúcio, cumprimento a todos os funcionários e funcionárias aqui presentes. Também cumprimento Rafael Andrade, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada; grande amigo, nosso Líder nesta Casa, ex-Presidente, querido amigo, Deputado Agostinho Patrús; Humberto Candeias, Presidente do IEF; Carlos Eduardo, Diretor Executivo da YKF; e querido amigo Paulino Cícero, nosso eterno Ministro, hoje Presidente do Sindifer. Estendo meu cumprimento a todas as autoridades presentes, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, que transmite ao vivo esta solenidade: uma boa-noite a todos e a todas aqui presentes.

A outorga da cidadania honorária de Minas Gerais ao Eng. Pierre Verluca significa, para este Parlamento, o reconhecimento ao trabalho realizado por um cidadão francês, com grandes perspectivas para o presente e para o futuro do Estado.

Como dirigente da Vallourec, grupo da qual é subsidiária a V&M do Brasil, mantenedora, há mais de meio século, da pioneira usina instalada no Barreiro, em Belo Horizonte, para a fabricação de tubos de aço sem costura, o Eng. Verluca, ao investir em nosso Estado em mais uma unidade siderúrgica, agora voltada para a exportação e em implantação em Jeceaba, cria empregos, riqueza e desenvolvimento em uma área que abrange outros Municípios no entorno. Está, portanto, à frente de um novo capítulo de uma história de grande importância para Minas Gerais, que é rememorada com um olhar de enorme afeto.

A então Siderúrgica Mannesmann, ao se instalar entre nós, por esforço e determinação do Governador e futuro Presidente Juscelino Kubitschek, respondia à sua luta pela promoção da industrialização em um Estado, naquele momento, condenado à agricultura e à pecuária, depois de ver esvaziada sua função mineradora. Veio a usina do Barreiro atender à necessidade da emergente indústria petrolífera nacional, surgindo praticamente junto com a Petrobras.

A região de Belo Horizonte foi escolhida pela abundância de minério de ferro e pelas riquezas hídricas, no rastro da criação da Cemig. Era a Mannesmann a primeira empresa investindo significativamente no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, sendo responsável por uma das implantações mais rápidas na história da industrialização brasileira, em apenas 18 meses. Na cerimônia de inauguração da usina, em 12/8/54, compareceram os dois grandes estadistas da República, Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. Infelizmente, seria uma das últimas solenidades a que compareceria o Presidente Vargas, tragicamente desaparecido poucos dias depois.

Transformando-se, mais tarde, em Vallourec & Mannesmann Tubes, a Vallourec do Brasil, a fábrica pioneira, atravessou cinco décadas até se transformar nesta geradora de 5 mil empregos diretos, além de se responsabilizar por mais 2 mil prestadores de serviço. Hoje, com clientes nos setores de óleo e gás, veículos automotores, indústrias de base, indústria mecânica, construção civil, distribuição de gás, entre outros, é a única fabricante de tubos de aço no mundo a utilizar 100% de energia renovável em seu processo produtivo. Permanentemente investindo na modernização de seu parque industrial e equilibrando uma gestão econômica, ambiental e social, vem promovendo a qualidade de vida de seus empregados e parceiros.

Chega agora a vez do Campo das Vertentes ganhar seu pólo siderúrgico, com a unidade que está sendo implantada em Jeceaba, numa associação entre o grupo Vallourec e o japonês Sumitomo, trabalho capitaneado por Pierre Verluca. Parceiro do empreendimento, o governo estadual cria ampla infra-estrutura que transformará toda a área destinada à produção de 1.000.000t por ano já em 2010, determinando também o crescimento de Municípios como São Brás do Suaçuí, Lagoa Dourada, Conselheiro Lafaiete e Congonhas. Serão 1.500 empregos diretos na produção de tubos de aço para exportação, além da criação de cerca de 5 mil postos de trabalho durante a construção da fábrica, em torno da qual está prevista a instalação de um distrito industrial para abrigar seus fornecedores.

A história, portanto, prossegue, transformando minério de ferro em aço, plantando florestas, gerando trabalho, construindo riquezas e fábricas, desenvolvendo pesquisa e tecnologia, formando mão-de-obra. Como protagonista do atual e decisivo capítulo, Pierre Verluca torna-se cidadão mineiro, este Estado que traz, inscrito no próprio nome, sua vocação para a mineração e suas transformações. Nossa origem, povoamento, tradições, cultura e arte remetem aos minerais encontrados em nossas montanhas. Minas Gerais é dotado do maior patrimônio histórico e cultural do País, além de ser o berço de uma celebrada arte barroca. Assim, Pierre Verluca poderá unir todos esses atributos decorrentes de sua nova cidadania àqueles que traz de sua cidade natal, Chambéry, núcleo de povoamento romano e medieval, a tradicional Capital da Savóia, no Sudeste francês. Chambéry, Capital de um ducado independente e orgulhoso, que não se submeteu ao sacro império germânico, é uma cidade tombada como patrimônio cultural e artístico. Ela reúne, na sua diversidade arquitetônica, desde ruelas medievais à construção contemporânea do Centro Cultural André Malraux. Dominada pelo velho castelo dos Duques de Savóia, numa região marcada pela proximidade dos Alpes e do Rio Ródano, com seus lagos e parques naturais, é também uma cidade esportiva, com seu renomado centro de esqui. Dessa cidade de tantos nobres e ligada à grande figura iluminista de Jean-Jacques Rousseau, veio Pierre Verluca, com uma brilhante formação acadêmica. Antigo aluno da Escola Politécnica, formado em engenharia química em Nancy e tendo ainda diploma de estudos superiores de contabilidade, soube preparar-se para atuar como um profissional de conhecimentos amplos e diversificados. Pôde, assim, exercer cargos de engenheiro de produção na indústria química ou de Diretor Administrativo e Financeiro nas empresas pelas quais passou, até ingressar no Grupo Vallourec, em 1981, como Diretor de Laminação e Trefilaria, para chegar à sua direção-geral em 2004.

Hoje seu talento e sua experiência agem a favor de Minas Gerais e de seu desenvolvimento. Confiamos que o Presidente Pierre Verluca saberá, doravante, participar dos destinos de nosso Estado, com o carinho e a dedicação próprios do cidadão mineiro em que, oficialmente, se reconhece a partir desta cerimônia. Parabéns, Pierre Verluca!

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/11/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rêmolô Aloise; aprovação - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.585/2007; discurso do Deputado Weliton Prado; questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.



## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Weliton Prado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Rêmolo Aloise.

O Deputado Rêmolo Aloise - Sr. Presidente, na reunião da tarde, o Deputado Weliton Prado suscitou uma questão de ordem a V. Exa., dizendo que a leitura da ata não esclarecia o objeto dos projetos. Como foi ele quem leu a ata, queria que V. Exa. lhe pedisse que lesse todos os projetos que constam nesta ata que V. Exa. ora coloca em discussão, para que, de uma vez por todas, resolva o problema por ele observado.

Ele disse que na ata deve constar o conteúdo dos projetos. Como nessa ata existem inúmeros projetos, seria oportuno que V. Exa. pedisse ao nobre Deputado que lesse, um por um, cada projeto que consta na ata.

Estou discutindo essa questão, uma vez que foi suscitado o problema hoje à tarde pelo nobre Deputado Weliton Prado. V. Exa. tem o poder de decisão, mas o Deputado fez tal pedido; por isso estou acompanhando o raciocínio dele, qual seja o de que a ata não estava devidamente clara, porque o Deputado não conhece o teor do projeto. Esta é a oportunidade de conhecermos cada projeto.

Gostaria de comunicar a V. Exa. que solicito que conste em ata minha posição contrária à aprovação dessa ata.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

## Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, solicito à Mesa que reveja os procedimentos da leitura da ata nas reuniões extraordinárias deste Plenário da Assembléia, porque, durante anos e anos, há a prática reiterada de não ler a ata completa das reuniões ordinárias. Acho que nem se deve ler a ata completa. Ela tem de ser sucinta, mas é injusto ler apenas a síntese. E aí avoco o princípio da publicidade, os arts. 5º e 37 da Constituição Federal e o art. 13 da Constituição Estadual. A leitura e a aprovação da ata integram a 1ª Fase da reunião pública ordinária da Assembléia, devendo ser realizada no expediente, nos 15 minutos iniciais, conforme expressamente previsto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Só que o nosso Regimento Interno prevê 15 minutos para se proceder à leitura da ata e da correspondência desta Casa, mas normalmente não são gastos mais que 3 minutos. Prova disso é que fiz a leitura hoje de uma ata, aliás extensa, e marquei no relógio: demorei apenas 4 minutos para lê-la. O Regimento Interno prevê que teríamos pelo menos 15 minutos para que houvesse a leitura da ata. Está aqui, mas apenas fazemos uma síntese bem resumida - mas muito resumida mesmo - do que foi decidido na reunião anterior. Assim, informa-se apenas o número do projeto ou do requerimento votado ou aprovado e o nome do seu autor. Essa é a leitura. Estou com a ata em mãos. Está escrito: "Em 1º turno, discussão do Projeto de Lei nº 1.585/2007; prosseguimento e discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 64/2007, dos Projetos de Lei nºs 457, 788, 1.082, 1.054, 1.236...". O que quer dizer, ou melhor do que fala o Projeto de Lei nº 1.236? É um direito do cidadão saber o que está sendo discutido nesta Casa, como está previsto na Constituição do Estado e na Constituição Federal. O Deputado Lafayette de Andrada disse que se pode fazer essa análise pela internet. Vamos considerar que todo cidadão tem direito a ter acesso à internet. Então, podem-se pegar todas as atas desta Casa através da internet. Mas somente 20% dos brasileiros têm acesso à internet e, principalmente, estão concentrados nos grandes centros. Metade da população do interior, se for usar a internet, que é discada, terá que pagar ligação interurbana. E mais: se é pela internet que o cidadão acompanhará tudo, vamos acabar com a TV Assembléia. Para que existir TV Assembléia? O cidadão pode acompanhar todos os atos desta Casa e dos Deputados pela internet. Assim, não há necessidade de existir TV Assembléia. Mas o que acontece? O mais importante, o que realmente interessa aos cidadãos é o conteúdo do que está sendo debatido e decidido pelos Deputados, porque é isso que irá alterar a sua vida. Então, o que importa é o conteúdo. A ata tem de ser sucinta, sim, mas não se justifica, de maneira nenhuma, que na ata conste apenas o número do projeto ou do requerimento e o nome do seu autor, do Deputado, e não conste nada do que se trata o projeto. Por exemplo, deve ser assim: Projeto nº 1.554, que diminui o ICMS da conta de energia elétrica da Cemig; Projeto nº 1.662, que acaba com a Taxa de Incêndio; Projeto nº 1.773, que diminui o IPVA; Projeto nº 772, que obriga o governo do Estado a investir mais recursos na educação. Então, isso tem que constar. É muito simples: são duas ou três palavras a mais que não atrapalharão a leitura da ata. Continuará a ser uma ata sucinta. Temos 15 minutos para todos esses procedimentos; não atrapalhará em nada, e iremos respeitar a Constituição Federal, que, em seu art. 37, diz: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade". O cidadão tem o direito de saber o que estamos discutindo. É claro que não quero, de maneira nenhuma, defender que todo o conteúdo da ata seja lido no início das reuniões, mesmo porque isso levaria mais de 15 minutos. O que venho defender nesta tribuna é a necessidade de se levar o mínimo de informação ao cidadão, para que o procedimento da leitura da ata cumpra a sua finalidade, que é informar e levar a conhecimento público a atuação dos parlamentares desta Casa. Não podemos admitir, de maneira nenhuma, que o Estado Democrático de Direito, em que o poder é exercido em nome do povo, fique privado das informações sobre as questões da coisa pública. Enfim, Sr. Presidente, gostaria de terminar dizendo que a idéia de democracia aponta para o direito de saber o que é o princípio da publicidade, que está previsto na Constituição do Estado e na Constituição Federal. Gostaria de continuar este debate e solicito as alterações dos procedimentos, que são uma questão de interpretação por parte da Mesa desta Casa. Em momento algum, o Regimento Interno impede de fazer a leitura da ementa do projeto. Ela tem de ser sucinta e está prevista no art. 41, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.585/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 14, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substituto nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, este é um projeto polêmico, que, a princípio, foi divulgado como um grande feito: desonerar vários setores para facilitar a vida dos pequenos empresários e dos microempresários. Mas, quando fomos estudar o projeto, deparamo-nos com várias falhas, com sérios problemas, até do ponto de vista legal. Foi um verdadeiro festival de trapalhadas dos técnicos responsáveis, principalmente da Secretaria de Fazenda.

A carga tributária do nosso Estado é uma das mais altas do País, e não há como compará-la com a carga tributária de outros Estados. Vários setores estão sendo penalizados, e várias empresas estão saindo de Minas Gerais e indo para Goiás ou São Paulo, ficando prejudicados os pequenos, porque, para os grandes, sempre há um jeitinho. Quando entrei aqui, denunciemos que, para as grandes empresas de telefonia, foram perdoados juros e multas. Nesse caso, não há Lei de Responsabilidade Fiscal, não é inconstitucional, não é ilegal. Para os grandes, sempre aparece um jeito de resolver, mas, para os pequenos, só aparece a mão dura do Estado, que não baixa a guarda. A Secretaria de Fazenda quer arrecadar mais e mais e mais.

Apresentamos, apenas em relação ao Projeto de Lei nº 1.585, 31 emendas para desonerar, para fazer justiça. Dentre essas emendas, queria destacar a diminuição do ICMS cobrado na tarifa de energia elétrica da Cemig, que chega a 47%, com a cobrança por dentro. Só de ICMS, o governo do Estado arrecadou mais da metade do seu Orçamento, que foram R\$17.000.000.000,00.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Deputado Weliton Prado, V. Exa. está levantando um tema que não é para ser discutido no momento. Infelizmente, a Secretaria de Fazenda não quer discutir o Projeto de Lei nº 1.585. Um dos maiores absurdos que há nesse projeto é o governo dizer que está baixando o ICMS do Estado. Ele está apenas desonerando o caixa dos usineiros, porque o consumidor final continuará pagando os 25% de ICMS do álcool.

O Governador disse que está caindo de 18% para 12%, mas apenas para que o usineiro tenha um caixa mais aliviado. Isso mexe com recursos. Tem algum dente-de-coelho nessa redução de ICMS para os usineiros, que não estão merecendo essas benesses do governo. Essa questão do álcool tem de ser melhor avaliada no aspecto ambiental.

O que acontece, Deputado Weliton Prado, é que o governo está fazendo essa redução para os usineiros. Quem está nos ouvindo... E deve haver um corte nesse ponto, Presidente. E peço que V. Exa. determine à direção da TV que não corte este nosso pronunciamento, porque isso deve estar beneficiando alguém. Alguém está sendo beneficiado nessa redução do ICMS para os usineiros. O consumidor, que precisava e precisa ser beneficiado, não terá nenhuma redução. Ainda continuaremos tendo o álcool mais caro do Brasil. Se você está no Sul de Minas e atravessa a divisa... Quem está lá na terra do Deputado Rêmoló Aloise e vai para a região de Ribeirão Preto compra o álcool a R\$0,99 ou R\$0,95, enquanto estamos pagando aqui R\$1,42. Só de ICMS há uma diferença de praticamente 14%.

Temos de discutir esse assunto, sim, Deputado Weliton Prado. Esse projeto que veio da Secretaria de Fazenda, em alguns pontos de alguns artigos, tem CPF, sim, para quem está sendo atendido. E quem está sendo atendido tem de apresentar uma justificativa na Assembléia. Por que o governo está baixando o ICMS dos usineiros? Qual o objetivo? Para beneficiar quem? Apenas o caixa daqueles que estão usufruindo das nossas terras de modo absurdo. O pessoal que vem lá do Norte - não somos contra eles - está explorando as nossas terras, não estão fazendo nem a compensação ambiental na produção da cana. Estão usando os terrenos do Norte de Minas para fazer a compensação ambiental, porque quem tem fazenda aqui do outro lado e está produzindo um pouco tem de tirar 20% e entregar para o IEF. Mas os usineiros não. Eles vão comprar terra no Norte de Minas, na região do nosso companheiro Getúlio, a preço de banana. E não vai gerar emprego, apenas vão ficar fechados aqueles terrenos.

Isso precisa ser discutido, Deputado Weliton Prado. Alerto os parlamentares que essa redução de ICMS para os usineiros tem de ter uma explicação objetiva do governo, além da questão da energia. Temos a energia elétrica mais cara do Brasil. A Cemig não está conseguindo suprir as cidades de energia elétrica. Denunciei aqui o problema de Papagaios, foram lá e resolveram. E agora há o da cidade de Igaratinga, perto da região do Deputado Zezé Perrella. A qualquer nuvem de chuva que aparece, Deputados Rêmoló, Gilberto e Sebastião, a cidade fica 12 horas sem energia elétrica. É um Município que depende da energia elétrica para sobreviver. A Cemig demora 12 horas para religar a energia. Isso tem acontecido sistematicamente, e vou trazer aqui as denúncias e pronunciamentos do sindicato. Lá existe a produção de tijolos, talvez a maior do Brasil. Mas a Cemig não consegue colocar energia. E os dizeres são outros nas propagandas. Aliás, a cada cinco propagandas que se veiculam nas grandes rádios, três ou quatro são do governo e uma é da Cemig, que afirma ter a melhor energia do Brasil e a melhor mais não sei o quê. Mas, na verdade, ela está devendo ao povo mineiro uma explicação clara: por que Minas Gerais tem a energia mais cara do Brasil? E já estão dizendo, em se tratando de kW, que é a mais cara do mundo. E nós vamos aceitando passivamente.

Nesse ponto temos de lembrar o Governador Itamar Franco. Quando a Cemig quis dar aqueles aumentos absurdos, ele não permitiu porque os considerava de fato absurdos. Mas os absurdos continuam. Hoje o que mais pesa no bolso do nosso trabalhador, da dona de casa e dos empresários se chama energia elétrica. E inventaram uma tal de demanda. Se você gastar um pouco mais, paga três, quatro vezes mais. A Cemig está devendo uma explicação, porque esses lucros absurdos não estão sendo revertidos em investimentos, mas, sim, na bolsa de valores, para os que ganharam de graça as cotas da Cemig, aqueles 33%.

Acredito que temos de continuar batendo nessa tecla até resolver e pelo menos alertar o povo mineiro sobre o que está acontecendo em Minas Gerais quanto à energia elétrica. Deputado Weliton Prado, obrigado pelo aparte.

O Deputado Weliton Prado - Deputado Antônio Júlio, é verdade. Por que a Cemig gasta tanto em publicidade? Quando se deseja divulgar, às vezes é para aumentar a arrecadação de uma empresa. Todavia, em Minas Gerais, não há justificativa, porque a Cemig detém praticamente o monopólio de 96%. Portanto, por que faz tanta divulgação e publicidade se é praticamente a única? Depois voltarei a falar sobre essa questão.

Quanto ao álcool, já apresentamos uma emenda, diminuindo o ICMS de 25% para 12%. Em São Paulo, são 12% - aliás, outros Estados, como Goiás e Paraná, diminuíram essa porcentagem. Qual foi o objetivo do governo do Estado com essa emenda? Não haverá diminuição para o

consumidor. Será apenas uma forma de arrecadar mais recursos para a Secretaria de Fazenda. Por quê? Porque muito álcool entra ou sai do Estado de forma irregular, e as empresas e usinas sonégam. Portanto, para as usinas, não alterará praticamente nada, nem abaixará para o consumidor. Só resolverá o problema da Secretaria de Fazenda, que arrecadará mais. Não podemos aceitar isso - aliás, pode até arrecadar mais, mas diminuindo o ICMS do álcool. Certamente será vendido mais álcool porque o consumidor passará a possuir veículos "flex" - gasolina ou álcool. Dessa maneira, será possível consumir álcool. Todavia, como se encontra hoje, não compensa. Tem crescido de maneira extraordinária o número de veículos a álcool.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Deputado Weliton Prado, acompanho com muita atenção a sua linha de raciocínio, assim como o aparte do Deputado Antônio Júlio. Talvez tenha parecido que passou despercebida a denúncia que o Deputado fez, no início do pronunciamento, de que a TV Assembléia estaria editando discursos e intervenções de Deputados.

Deputado, essa denúncia é grave. Não acredito que servidores desta Casa se prestem a esse serviço. Temos de analisar até a questão da empresa que administra esse setor terceirizado da Assembléia. Seria o caso de instaurarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O que temos de mais sagrado aqui é a nossa fala, o nosso argumento e discurso. Daí o próprio nome deste Poder: parlamento. A palavra é a nossa arma forte e poderosa. Gostaria que esses fatos fossem alinhavados e instaurássemos uma CPI. No dia em que editarem e caçarem a fala de um Deputado, estaremos numa ditadura. Penso que parlamento livre não combina com ditadura. Como bem disse Voltaire, um dos expressivos intelectuais do Iluminismo: "Posso discordar de tudo que falares, mas defenderei até a morte o direito de assim te expressares". Portanto não podemos permitir isso. Sr. Presidente, o que me traz a discutir aqui a questão tributária que envolve o Orçamento do Estado, que, de alguma forma, garante políticas públicas ou não, é a precariedade hoje dos sistemas de segurança e carcerário, em especial, e, em particular, a violação dos direitos humanos. Sabemos que precisamos de recurso. Estamos discutindo o Projeto de Lei nº 1.585/2007, que trata dessa questão. Deputado Weliton Prado, a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com V. Exa., eu e os Deputados João Leite e Antônio Genaro, estivemos ontem em Araguari, onde vimos o que a ausência de recursos gera. Um senhor, Agamenon Pereira do Nascimento, de 41 anos, um homem inofensivo, sobre quem só ouvimos elogios - sua profissão é carregador de caminhões - popularmente chamado de chapa. Esse homem é da região de V. Exa., Sr. Presidente, de Pirapora. Foi para Araguari tentar a vida, talvez porque os recursos públicos não têm sido aplicados no Norte. Daí discutirmos a questão do Projeto de Lei nº 1.585/2007. De acordo com o depoimento de várias pessoas, ele era pai e mãe de dois filhos. Possuía um leve transtorno mental e foi levado à delegacia para assinar um TCO. Como não queria assinar, desentendeu-se com um policial civil e foi barbaramente torturado. Ontem, as reivindicações foram grandes na Câmara de Araguari em relação a maior investimento na Polícia Civil, no sistema carcerário. Daí termos de repensar a questão tributária e o Projeto de Lei nº 1.585/2007, que trata dessa questão. Trouxemos reivindicações de criar uma segunda Vara Criminal e gostaríamos de trazer uma boa notícia ao Plenário. Quando estávamos na audiência, o Subsecretário de Sistema Penitenciário da Secretaria de Defesa Social, Dr. Genilson, anunciou imediatamente a demissão de sete Agentes Penitenciários, o que aconteceu ontem, que estão presos na delegacia local. Os outros dois, efetivos, também estão presos e estão respondendo a processo administrativo. Ontem, um policial civil, Simeão, foi preso e está na casa de custódia. Vejam como é importante termos mais recursos para o sistema de informação, Deputado Weliton e Sr. Presidente. Vários Agentes Penitenciários já tinham outros processos por tortura. O policial Simeão Clemente de Souza já tinha uma condenação transitada no Tribunal de Justiça e vários processos por tortura. Vemos que a máxima do Evangelho - "quando não se é fiel no pouco não se é fiel no muito" - aplicou-se aí. Acho que debater o Projeto de Lei nº 1.585 nos traz a necessidade de humanização do sistema carcerário. Precisamos ter mais Apacs; é necessário investir mais recursos na Polícia e no salário dos policiais. Precisamos de mais política de direitos humanos. Louvo a atitude da Secretaria na demissão. A presença da Corregedora do Sistema de Defesa Social, Dra. Luciana, também foi muito positiva. O Ouvidor de Polícia, Dr. Paulo Alckmin, falou firme em defesa dos princípios fundamentais de garantias da vida humana. Os Deputados também se expressaram com firmeza. Estiveram presentes o Ministério Público e o Poder Judiciário, que não deixaram dúvida de que não haverá impunidade nesse caso. A cidade de Araguari está de parabéns por isso. Esteve presente também o Delegado Regional da Polícia Civil, Dr. João Batista, que manifestou solidariedade e apoio à família da vítima e ao mesmo tempo mostrou a firmeza da Polícia Civil, que não quer esse tipo de elementos que torturam. Sabemos que a composição da corporação, em sua maioria, é de pessoas boas.

Deputado Weliton, discutir o Projeto de Lei nº 1.585/2007 é, antes de tudo, discutir uma ação efetiva do poder público, para aplicação correta dos recursos. É preciso arrecadar, cobrar. Não se pode encaminhar a esta Casa um projeto sem discussão. Tivemos a informação de que o projeto foi discutido com a Fiemg, o que, para nós, não é uma boa informação. Deputado Antônio Júlio, a Fiemg só olha o interesse dos grandes empresários. Alguns até dizem que se trata de uma secretaria do governo ou algo semelhante. A Fiemg nunca olha o interesse dos pequenos e médios empresários. Louvo a atitude do Deputado Weliton Prado, que acompanha a tramitação do projeto, e a de outros parlamentares que também se debruçam sobre ele. Votaremos, baseados na orientação de vocês, que terão o olhar para o microempresário, o pequeno e o médio empresário. Isso é fundamental. Sr. Presidente, registrar o caso de Araguari é, de alguma forma, apresentar um exemplo bem concreto para elucidar a discussão do projeto. Quando falamos em recurso ou perda de recurso para as políticas públicas, temos de ter claro que vivemos, hoje, em alguns lugares do sistema carcerário, uma verdadeira e completa tragédia. Medidas precisam ser tomadas, com urgência. A Comissão de Direitos Humanos desta Casa e outras Comissões não podem ficar correndo atrás dessas violações. O Sistema de Defesa Social tem de ter um mecanismo interno de controle, de forma a buscar soluções mais rápidas. Também gostaria de deixar registrado o papel da OAB. Ontem o Dr. Raimundo Cândido mandou a Araguari, como seu representante, o Dr. Cláudio, Conselheiro Estadual da Ordem. A Presidente local, vítima de abuso, teve a maior disponibilidade de apoiar e dar orientações às famílias que lá estavam. Também esteve lá o coordenador do setor de direitos humanos da OAB, um jovem advogado. E, com o apoio da Prefeitura e da Câmara, que, de forma indignada, denunciou, foi criado na cidade um sistema de defesa da vida. Foram feitas várias denúncias de crime insólveis em Araguari, que daremos conhecimento a este Plenário, assim que os Vereadores organizarem e encaminharem a proposta. Queremos justiça. Sr. Presidente, na discussão do Projeto de Lei nº 1.585/2007, o caso do Agamenon Pereira é muito ilustrativo. Que sirva de exemplo para qualquer Agente Penitenciário, policial civil ou militar, pois, em Minas Gerais, a tortura não compensa, porque aí estão, para denunciar, a OAB, o Ministério Público, a atenção e o zelo do Poder Judiciário para o cumprimento das leis, as Câmaras Municipais que organizam Comissões de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia. O que a Subsecretaria fez, demitindo imediatamente, deve servir de lição, de exemplo. Sr. Presidente, ao discutir o Projeto de Lei nº 1.585/2007, a questão do protagonismo do cidadão nos é apresentada. Para nós, é fundamental que as pessoas denunciem qualquer violência de direitos humanos, de tortura em estabelecimento penal. Procurem documentar, procurem o Ministério Público ou a Câmara Municipal, tirem fotos, exijam exame de corpo de delito e encaminhem a denúncia a essa Comissão. Em relação a essa questão, temos de ter tolerância zero. Não podemos admitir isso. Sr. Presidente, profundo conhecedor da lei, sabe muito bem que o art. 1º da Constituição Federal - juramos cumpri-la - estabelece que somos uma República Federativa, que se constitui em um Estado Democrático de Direito. É importante frisar que, entre os princípios pilares desse Estado Democrático de Direito, no inciso III, a dignidade da pessoa humana é colocada em equivalência à soberania e à cidadania. Ou seja, temos uma Constituição que quis assegurar que só há Estado Democrático de Direito - e é para isso que precisamos de arrecadação tributária, Presidente - se houver a garantia da dignidade da pessoa humana. Na falta de qualquer um desses cinco incisos, pelo princípio estabelecido na Constituição, não será garantido o Estado Democrático de Direito, que estará sendo, então, violado. Vamos ter, então, tolerância zero à violência, principalmente nos estabelecimentos penais. Vamos denunciar e fechar o cerco do Estado para que essa prática odiosa, esse crime de lesa-humanidade não prospere e seja realmente abolido das práticas e das ações políticas no Estado. Chega de totalitarismo e de ditadura militar. E hoje essa violação é muito mais significativa contra os pobres. Queremos, então, deixar aqui esse registro, até porque não poderia discutir o Projeto de Lei nº 1.585/2007, que trata de questão tributária, de forma superficial, sem levantar uma questão concreta como essa. O Deputado Weliton Prado esteve na reunião e poderá falar, com muita propriedade, sobre o clima de solidariedade à família da vítima e à própria vítima, o qual se instalou hoje na cidade de Araguari. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço o Deputado Durval Ângelo, a quem parabeno pelos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, que, de forma muito rápida, realizou audiência pública da Comissão em Araguari, para tratar de um caso que realmente chocou e provocou grande revolta em toda a população da cidade, causando um grande clamor público. Quero parabenizar ainda o Ministério Público e o Judiciário, que, de pronto, já demitiu sete dos agentes envolvidos - os dois outros, que são concursados, vão responder por processo administrativo, assim como o policial civil. Mas os 10 estão presos. Vou tentar falar mais rapidamente, porque meu tempo está-se esgotando. Ao projeto, apresentamos 30 emendas. Lembrando que atualmente os mineiros que consomem até 90kW de energia residencial estão isentos do ICMS, por força da Lei nº 12.729, e toda a população paga por essa isenção - ou seja, é uma lei federal; não é gracinha que a Cemig faz a ninguém -, apresentei uma emenda para que a isenção seja dada aos que consomem até 100kW por hora. Isso atende a um pedido do ex-Ninguém da

CNBB, D. Luciano, falecido há um ano, que havia solicitado a isenção da tarifa de energia elétrica para as famílias mais pobres, cujo consumo não fosse superior a 100kW por hora. Nesse sentido, há um projeto de iniciativa popular que infelizmente não chegou a vingar nesta Casa. Esperamos que agora isso seja aprovado e, para isso, apresentamos essa emenda que contempla o projeto de iniciativa popular. Apresentamos também uma emenda que revoga a Taxa de Incêndio cobrada do comércio e da indústria, lembrando que, depois de muita luta, conseguimos acabar com a Taxa de Incêndio cobrada das residências. Apresentamos ainda uma emenda que acaba com a cobrança por dentro. Atualmente, cobram-se 47% de ICMS na conta de energia elétrica da Cemig, o que é um valor absurdo. E já há até decisão dos Tribunais de Justiça considerando inconstitucional a cobrança por dentro. Apresentei também emenda que diminui a alíquota dos serviços de energia elétrica, como eu disse. Também apresentei emenda que objetiva impedir a unificação da alíquota de ICMS relativa ao serviço de comunicação, de telefonia. Pelo projeto do Governador, o valor da tarifa vai aumentar para quem hoje utiliza o sistema de ligação telefônica por meio da internet, por computador. Apresentamos emenda que tem por objetivo materializar na legislação estadual o direito de obtenção de certidões em repartições públicas, assegurando-o a todos, independentemente do pagamento de taxas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesse pessoal. Portanto, ao todo são 30 emendas e esperamos que o governo tenha sensibilidade de aprová-las. A questão da tarifa de energia elétrica também foi levantada por vários Deputados, pois é um absurdo o valor cobrado pela Cemig. Ela teve um faturamento extraordinário, mais de R\$400.000.000,00 só nos três primeiros meses. A Cemig entra em grande contradição ao dizer que a tarifa de energia é cara em Minas Gerais porque a população consome pouco, e que a oferta da energia é maior do que a demanda. Então, por que ela faz tantas campanhas publicitárias para que a população economize energia? Essa é uma contradição, e há outras: por que cobrar tarifa amarela em horário diferenciado, de pico, e colocar a culpa no cidadão?

#### Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, estou vendo que não há quórum para a continuação da discussão e solicito o encerramento de plano da reunião; e, como ainda tenho 35 segundos, que eu possa continuar a discutir amanhã.

O Sr. Presidente - V. Exa., ao encerrar, está com 25 segundos. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 457, 1.082, 1.236 e 1.571/2007, e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.480, 1.481 e 1.598/2007, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 21, às 9 horas, para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/11/2007

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bráulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.441 e 1.452/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Cecília Ferramenta.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 116ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 28/11/2007

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação de 10% dos imóveis populares construídos pelo Governo do Estado aos portadores de deficiência. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 457/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que cria a Notificação Compulsória da Violência Contra o Idoso e a Comissão de Monitoramento da Violência Contra o Idoso. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.082/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Heliódora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.154/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 22 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto .

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação, por hospitais e outras unidades de saúde, ao órgão de vigilância sanitária, de casos de intoxicação alimentar e patologias digestivas assemelhadas e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 291/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que altera o art. 2º da Lei nº 12.460, de 15/1/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.414/2007, do Governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 12.688, de 15/12/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.480/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.481/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.645/2007, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fernandes Tourinho os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 408/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Arinos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 885/2007, do Deputado Zezé Perrella, que destina assentos a idosos e deficientes físicos nos terminais rodoviários localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2007, do Governador do Estado, que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico - CESB - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.522/2007, da Deputada Gláucia Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão das Neves o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.659/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Requerimentos nºs 1.451/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 1.474/2007, da Comissão de Direitos Humanos; 1.485, 1.486, 1.487, 1.488, 1.489, 1.490, 1.491, 1.492 e 1.493/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 33ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 116/2007, do Deputado André Quintão e 617/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.500/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.501/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.502/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e 1.503/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.692/2007, do Deputado Wander Borges.

Requerimento nº 1.494/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 33ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.105/2007, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.453 e 1.457/2007, da Comissão de Direitos Humanos; e 1.504/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.480 e 1.481/2007, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.522/2007, da Deputada Gláucia Brandão.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.584/2007, do Governador do Estado; 524/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 864/2007, do Deputado Ruy Muniz; 972/2007, dos Deputados Fahim Sawan e Eros Biondini; 1.124/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.404/2007, do Deputado Mauri Torres; 1.745 e 1.807/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 28/11/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.484/2007, do Deputado Jayro Lessa, e 1.536/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 28/11/2007

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 683/2007, do Deputado Weliton Prado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.655/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.681/2007, do Deputado Zé Maia; 1.701/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 28/11/2007

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.478, 1.479, 1.480, 1.481, 1.482 e 1.483/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 1.497/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.505/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.506/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.508 e 1.509/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.510, 1.511, 1.512, 1.513, 1.514, 1.515, 1.516, 1.517, 1.518, 1.519, 1.520, 1.521, 1.522, 1.523, 1.524, 1.525, 1.526, 1.527, 1.528, 1.529, 1.530, 1.531, 1.532, 1.533 e 1.534/2007, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: obter informações sobre o andamento dos Programas de Construção de Cisternas e de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido: Um Milhão de Cisternas Rurais, desenvolvidos, respectivamente, pelo Idene e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

# EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 28/11/2007, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação de 10% dos imóveis populares construídos pelo Governo do Estado aos portadores de deficiência; 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação, por hospitais e outras unidades de saúde, ao órgão de vigilância sanitária, de casos de intoxicação alimentar e patologias digestivas assemelhadas e dá outras providências; 291/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que altera o art. 2º da Lei nº 12.460, de 15/1/97; 408/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Arinos; 457/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que cria a Notificação Compulsória da Violência Contra o Idoso e a Comissão de Monitoramento da Violência Contra o Idoso; 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica; 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica; 885/2007, do Deputado Zezé Perrella, que destina assentos a idosos e deficientes físicos nos terminais rodoviários localizados no Estado; 1.082/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Heliódora o imóvel que especifica; 1.154/2007, do Deputado Paulo Cesar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bambuí os imóveis que especifica; 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica; 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica; 1.414/2007, do Governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 12.688, de 15/12/97; 1.416/2007, do Governador do Estado, que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências; 1.446/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 22 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário; 1.480/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica; 1.481/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica; 1.522/2007, da Deputada Gláucia Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão das Neves o imóvel que especifica; 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.598/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; e 1.645/2007, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fernandes Tourinho os imóveis que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de novembro de 2007.



Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 28/11/2007, destinada à comemoração dos 50 anos da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 27 de novembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/11/2007, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 34/2007, do Tribunal de Contas, e 35/2007, do Governador do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.807/2007, do Governador do Estado; 1.669/2007, do Deputado Fábio Avelar; 1.797/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 1.801, 1.804 e 1.809 a 1.813/2007, do Deputado Leonardo Moreira; e o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.822/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Walter Tosta, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; e os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; para a reunião a ser realizada em 28/11/2007, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem a terceirização da mão-de-obra na Cemig e a campanha salarial dos eletricitários mineiros em 2007.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2007.

Rosângela Reis, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre A Proposta de Ação Legislativa Nº 45/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 45/2007, do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, objetiva a inclusão, no Programa Lares Geraes, de ação destinada à promoção do acesso à habitação por parte de famílias que tenham pessoas portadoras de deficiência.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6 a 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise solicita a inclusão, no Programa Lares Geraes, de ação destinada à promoção do acesso à habitação por parte de famílias que tenham pessoas portadoras de deficiência.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - no ano de 2000, Minas Gerais possuía 2.667.709 pessoas com pelo menos uma das deficiências enumeradas no instrumento de coleta de dados<sup>1</sup>, para uma população total de 17.905.134 habitantes, o que corresponde a um percentual de 14,9% da população.

De acordo com a pesquisa sobre déficit habitacional no Brasil produzida pela Fundação João Pinheiro, com dados coletados pelo IBGE em 2005, Minas Gerais apresentava uma demanda de 682.432 moradias. Uma parte dessa demanda, certamente, se direciona ao Estado, com vistas à promoção do acesso à moradia para a parcela da população com menor poder aquisitivo ou com outro fator de vulnerabilidade, como a deficiência.

Entendemos, portanto, que a proposta deve ser atendida, com a apresentação de emenda ao PPAG, alterando a finalidade da Ação 1.001 - Programa Lares Habitação Popular -, com vistas a garantir a destinação de 5% das unidades habitacionais produzidas para famílias com pelo menos uma pessoa com deficiência e com renda de até três salários mínimos.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 45/2007 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.615/2007, a ser oportunamente apresentada.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite.

<sup>1</sup> Deficiências enumeradas: deficiência mental permanente; tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente; falta de membro ou de parte dele (falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar); incapacidade, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar; incapacidade, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir; incapacidade, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas.

#### Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 48/2007

##### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 48/2007, do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais – Senge-MG –, objetiva a implantação de projeto de engenharia e arquitetura públicas no Estado, por meio de parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, universidades e outras entidades, com vistas a oferecer assistência técnica aos cidadãos para a construção e reforma de edificações.

Publicada no "Diário do Legislativo", em 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 31/10/2007, em Juiz de Fora, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe solicita a implantação de projeto de engenharia e arquitetura públicas no Estado, por meio de parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, universidades e outras entidades, com vistas a oferecer assistência técnica aos cidadãos para a construção e reforma de edificações.

Um levantamento realizado pelo Crea-MG constatou que cerca de 70% das construções de nosso Estado são irregulares. No caso específico da construção civil, é comum que a população, especialmente a de baixa renda, construa suas moradias sem nenhum critério técnico, o que resulta em desperdício de material e de recursos, além de comprometer a qualidade e a segurança das pessoas e do meio ambiente.

A proposta em análise refere-se ao Programa de Arquitetura e Engenharia Públicas, desenvolvido pelo Crea-MG, que tem como objetivo exatamente proporcionar à população de baixa renda o acesso a esses serviços especializados. A concretização do projeto demanda a formação de parcerias com o poder público, universidades e organizações da sociedade civil.

A Prefeitura de Belo Horizonte aderiu a esse Programa em 2004, e esta foi a primeira experiência efetiva de parceria do Crea-MG com o poder público local, instituições de ensino superior e entidades representativas da população. Como experiência piloto, o programa desenvolvido em Belo Horizonte foi validado, o que o credencia a ser replicado nos demais Municípios do Estado.

Entendemos que esse Programa deve ser assumido, também, pelo governo do Estado, que deverá desempenhar o papel de articulador dessa parceria entre Estado, Municípios, Crea-MG e universidades, com vistas a contribuir para a melhoria das condições de habitação da população. Por esse motivo, acolhemos a proposta, com a apresentação de emenda ao projeto de lei do PPAG para 2008-2011, criando ação nova no âmbito do Programa Lares Geraes, para a implantação da engenharia e arquitetura públicas em Minas Gerais.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 48/2007 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 1.615/2007 e ao Projeto de Lei nº 1.616/2007, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento do Estado para o exercício de 2008, as quais serão oportunamente apresentadas.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente e relator - João Leite - Carlin Moura.

#### Parecer SOBRE AS PropostaS de Ação Legislativa NºS 84/2007 e 99/2007

##### Comissão de Participação Popular

##### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 84/2007, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea-MG - e da Coordenação Regional de Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN do Médio Piracicaba -, solicita o apoio a atividades de segurança alimentar e nutricional e a técnicas de produção de alimentos, de modo a garantir uma avaliação do diagnóstico nutricional e o mapeamento do risco nutricional, com incentivo a projetos de educação alimentar e à melhor utilização dos alimentos. A Proposta de Ação Legislativa nº 99/2007, da Coordenação Regional de Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN do Triângulo -, solicita o estabelecimento de parceria da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – com as coordenações regionais de segurança alimentar e nutricional do Estado para a elaboração de pesquisas, diagnósticos e ações de extensão universitária na área da segurança alimentar e nutricional.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receberem parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 29 de outubro, em Frutal, e nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas em tela solicitam, basicamente, o apoio a atividades voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no Estado. No Programa 028 Minas sem Fome, que tem por objetivo "promover a segurança alimentar e nutricional de famílias mineiras em condições de vulnerabilidade social, principalmente no meio rural", já são previstas várias ações com finalidades muito similares ao que é solicitado pelas entidades anteriormente relacionadas. Entre essas ações, citamos o apoio à implantação de lavouras comunitárias, de pomares, de criações de pequenos animais e de unidades coletivas de processamento de alimentos. Há ainda a Ação 1.154 – Capacitação do Público Beneficiário –, que tem por finalidade "promover capacitação adequada à realidade da população na perspectiva de geração de renda e da segurança alimentar e nutricional sustentável".

Entretanto, mesmo com a previsão dessas ações, percebe-se o empenho das entidades para dar maior ênfase ao desenvolvimento de atividades de capacitação voltadas para educação alimentar, técnicas de produção e de melhor utilização de alimentos. Além disso, sugerem também ser conveniente o envolvimento da Uemg nessas questões, por meio de parcerias com as coordenações regionais de segurança alimentar e nutricional do Estado.

A nosso ver, essas propostas enriquecem o rol de atividades a serem implementadas em prol da segurança alimentar do Estado e, portanto, estamos acatando-as na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.615/2007.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 84/2007 e 99/2007 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 1.615/2007 e por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente e relator - João Leite - Carlin Moura.

#### Parecer sobre a proposta de Ação Legislativa Nº 170/2007

#### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 170/2007, da Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente, objetiva a implementação das normas de acessibilidade no Circuito Cultural da Praça da Liberdade.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe objetiva a observância dos princípios e normas de acessibilidade, incluindo sinalização própria, nos trajetos, calçadas e vias públicas no Circuito Cultural da Praça da Liberdade, atendendo aos princípios de rota acessível.

O programa estruturador Circuitos Culturais de Minas Gerais tem por objetivo dotar o Estado de uma moderna e inovadora rede integrada de produção e disseminação cultural e artística partindo de cidades-pólo, com a implantação e a revitalização espaços culturais públicos. Para a consecução desses objetivos, o programa dispõe de várias ações, entre elas a nº 1.294, Elaboração de Projetos Especiais de Adequação Ambiental, Trânsito, Segurança e Iluminação da Área do Circuito Cultural, cuja finalidade é adequar os equipamentos aos padrões exigidos pela Secretaria de Meio Ambiente e pela BHTRANS e viabilizar projeto de segurança elaborado pela Polícia Militar.

Trata-se de ação oportuna e necessária tendo em vista o desenvolvimento ambiental sustentável, a racionalização das regras de circulação de veículos e pedestres, a incolumidade de pessoas e bens, bem como a adequação às normas técnicas da Aneel. Como se observa, essa ação do PPAG não faz nenhuma referência expressa aos princípios e normas de acessibilidade universal. Trata-se de falha, que procuramos corrigir por meio da emenda apresentada ao final deste parecer.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 170/2007 na forma de Emenda ao Projeto de Lei nº 1.615/2007.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite.

#### Parecer sobre as Propostas de Ação Legislativa NºS 243 e 245/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nº 243 e 245/2007, do Sindicato dos Estabelecimentos de Natação, Ginástica, Recreação e Cultura Física – Senagic-MG –, objetivam instituir no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011 a ação nova Academia na Escola, dentro do Programa Estruturador Minas Olímpica.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receberem parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o PPAG 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas em análise querem o retorno da Ação Academia na Escola, incorporada ao Programa Estruturador Minas Esporte na revisão de 2006 para o exercício de 2007, do PPAG 2003-2007, que tinha por finalidade de desenvolver, por meio da atividade física supervisionada em academia de ginástica, a capacidade física dos alunos, bem como corrigir qualquer deficiência psicomotora ou problema de saúde.

Estamos convictos de que essa ação tem um grande alcance social ao viabilizar aos alunos da rede pública a prática da fisicultura, razão pela qual somos favoráveis às propostas em comento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento das Propostas de Ação Legislativa nº 243 e 245/2007, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 1.615/2007 e ao Projeto de Lei nº 1.616/2007, que estabelece o orçamento do Estado para o exercício de 2008.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente - João Leite, relator - Carlin Moura.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/11/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

nomeando Alicio Cortes Netto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando, a partir de 27/11/07, Jorge Corrêa dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Evely Inácio Pereira Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2007

LEILÃO Nº 4/2007

Objeto: alienação do veículo automotor Mercedes-Benz, MB Sprinter, 310D.

Tendo em vista que não houve proposta para o certame, esta licitação torna-se deserta.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2007.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Câmara Municipal de Ipatinga. Objeto: apoio técnico-pedagógico à implantação do projeto Câmara-Escola. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação do CNV18/2006. Vigência: 12 meses, a partir de 24/10/2007 .

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mendonça e Andrade Assessoria Comércio e Importação Ltda. Objeto: prestação de serviço técnico de consultoria para elaboração de projetos para regularização do canal gerador e dos canais retransmissores da TV Assembléia no interior do Estado, elaboração de projetos de implantação de emissora de rádio OM/FM e elaboração de novo edital de manutenção do parque de equipamentos retransmissores da TV Assembléia. Objeto do aditamento: alteração da redação das cláusulas 2ª e 8ª do contrato original. Dotação orçamentária: 339035.

errata

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 139/2007: (Belo Horizonte)

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/11/2007, na pág. 96, col. 3, exclua-se o seguinte:

"Entidade: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social".